

2º BRASÍLIA SUMMIT

As muitas demandas do agro

Além do aumento de impostos, segmento enfrenta desafios para a segurança alimentar, como logística e infraestrutura

» WAL LIMA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» IAGO MAC CORD*

Parlamentares e especialistas no agronegócio convidados para o 2º Summit Brasília, ontem, comentaram questões que afetam o setor, além da alta de impostos proposta pelo governo federal.

O senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal, ressaltou os contrastes da produção agropecuária nacional: o país é uma potência global no agronegócio, porém milhões de brasileiros ainda convivem com a insegurança alimentar.

“A força do agro com relação à segurança alimentar é inquestionável, mas precisamos começar reconhecendo a insegurança alimentar que persiste em várias regiões do país. E não é culpa do produtor. É resultado de uma estrutura econômica que não garante a renda e a oportunidade para todos levarem alimento para casa”, afirmou.

Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o senador destacou que o Norte do país lidera os índices de insegurança alimentar grave, com 16% dos domicílios em situação crítica, seguido pelo Nordeste (14,8%). Em contraste, as regiões Sul e Sudeste registram taxas bem menores, de 4,7% e 6,7%, respectivamente.

Zequinha Marinho chamou a atenção para a dependência do Brasil na importação de fertilizantes, fundamentais para manter a alta produtividade do agro. “O Brasil precisa acordar. Temos riquezas no subsolo que podem nos garantir independência para produzir com autonomia. Não podemos continuar dependentes do exterior para algo tão estratégico”, reforçou.

O senador também mencionou o problema da infraestrutura logística do país, especialmente nas regiões produtoras do Norte e Centro-Oeste. Citou a importância da conclusão da Ferrogrão, projeto de ferrovia que conectará Mato Grosso aos portos do Pará. “Com a Ferrogrão, vamos conseguir colocar nossos grãos na Europa com preços mais competitivos. Isso muda o jogo”, afirmou.

A questão da infraestrutura também mereceu atenção do senador Irajá Silvestre (PSD-TO), titular da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Ele lembrou que a Hidrovia do Arco Norte, projeto de mais de 30 anos, recentemente recebeu a licença de instalação. A hidrovía ligará a Bacia do Rio Araguaia, em Peixe, no Tocantins, ao Porto de Vila do Conde, no Pará, cobrindo mais de 1,2 mil quilômetros de rios navegáveis.

Outro ponto defendido pelo parlamentar é a melhoria do ambiente de negócios e investimentos. Irajá é o autor do Projeto de Lei (PL) nº 1963/2019, que

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Zequinha Marinho: a insegurança alimentar persiste em várias regiões



Roberto Rodrigues: precisamos acabar com o desmatamento ilegal



Francisco Matturro destaca avanços tecnológicos no campo

regulamenta a aquisição de terras por estrangeiros. O projeto estabelece critérios, limites proporcional e foco no investimento produtivo, buscando atrair capital, especialmente para regiões com potencial no Norte e Centro-Oeste. “O Brasil não estará abrindo mão de sua soberania nacional”, disse. “Pelo contrário, estará induzindo o investimento e garantindo mais alimento de

qualidade para a população brasileira”, emendou o senador. O PL 1963/2019 já foi aprovado no Senado e está em discussão na Câmara dos Deputados.

O ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues e o presidente do Instituto da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e ex-ministro da Previdência Roberto Brant também participaram do debate. Brant classificou o



Irajá Silvestre defende melhor ambiente de negócios



Roberto Brant: é preciso intensificar o acesso a outros mercados



João Galassi: mercado doméstico tem enorme potencial

agronegócio brasileiro como pilar da segurança alimentar mundial. “O mundo vai crescer principalmente em países da África Subsaariana e no Sudeste, no sul da Ásia. Esses 800 milhões de novos habitantes estarão ali até 2033. E são essas as regiões do mundo em que estão previstos os maiores crescimentos econômicos nos próximos 10 anos”, descreveu. “Então, é preciso expandir

o agronegócio sustentavelmente, notadamente por meio do aumento extraordinário da produtividade”, acrescentou.

Na avaliação do representante da CNA, o agro brasileiro deve intensificar o acesso a outros mercados. “A China é uma nação que tem um pensamento estratégico muito forte. Eles jamais poderão admitir dependerem 80% ou 90% da importação de soja do Brasil.

Nós (o agro) temos de ir para outros países da Ásia, ir para a Índia e descobrir novos mercados”, projetou Brant.

Desmatamento

Embaixador da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), o ex-ministro Roberto Rodrigues acredita que o agronegócio brasileiro deve fomentar o combate ao desmatamento e a outras práticas ilegais como queimadas. “Precisamos acabar com o desmatamento ilegal. Essas imagens prejudicam a imagem do agronegócio no mundo. Isso precisa ser fiscalizado porque o nosso agro não apoia ilegalidades. O agro é paz”, afirmou. Rodrigues ainda elegeu o agro como setor capaz de atacar o que classificou como “os quatro cavaleiros do apocalipse”: insegurança alimentar, crise energética, mudanças climáticas e desigualdade social.

O head do Lide Agronegócios, Francisco Matturro, por sua vez, defendeu a intensificação sustentável da produção no campo brasileiro por meio de tecnologias como o plantio direto, a segunda safra e os sistemas integrados de produção. Com foco na recuperação de pastagens e na adoção de modelos como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Matturro destacou o potencial do Brasil para elevar a produtividade, reduzir emissões e transformar a realidade socioeconômica de diversas regiões rurais. O executivo ressaltou que o Brasil pode plantar e produzir o ano todo. Ele ainda fez um apelo pela mudança do ano-safra, que hoje segue o calendário civil com base em um Manual de Crédito Rural de 1965, ajustado para uma realidade de safra única.

Na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Galassi, o varejo tem relevância na cadeia do agronegócio, contribuindo para a segurança alimentar. Ele citou dados para ressaltar o potencial de consumo do mercado doméstico, e por conseguinte, o papel do setor supermercadista para combater a insegurança alimentar. “Falar de segurança alimentar é falar de três pilares: sortimento, variedade e acessibilidade. A disponibilização de produtos que nós fazemos em todo o país depende de uma cadeia nacional de abastecimento”, disse Galassi. Ele lembrou que 72% de toda a carne bovina produzida no Brasil é consumida no país. “Nosso compromisso é com a segurança alimentar e a saúde das famílias brasileiras. E isso começa na produção, passa pelo abastecimento e chega nas gôndolas do supermercado”, frisou. Ela ainda criticou as operadoras de vouchers alimentação e refeição, classificando a intermediação financeira como “sanguesuga” do sistema.

* Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Brasil, país-sede de tribunal climático

» MAIARA MARINHO

Participante da segunda edição do Summit Brasília, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi anunciou a candidatura do Brasil como país-sede do Tribunal Climático Internacional (TCI). Nancy é uma das principais vozes na defesa do Brasil como o país-sede deste que virá a ser o órgão jurídico mais importante do mundo sobre o meio ambiente. Está no planejamento da Organização das Nações Unidas (ONU) a fundação, nos próximos dois anos, do Tribunal Climático Internacional, que será um órgão responsável por julgar “todos os conflitos relativos ao meio ambiente no mundo”, explicou.

Convidada pela ONU para participar de algumas reuniões pré-COP 30, a ministra apresentou a sugestão de que o Brasil seja o país-sede do TCI. “Essa sugestão já está circulando e a ONU tem conhecimento dela”, comentou Andrighi. Em março deste ano, a Advocacia-Geral da União (AGU) encampou a ideia e levou a proposta para a Presidência da República, que a acolheu.

“O Brasil tem muito a contribuir para que esse tribunal aconteça aqui, nós somos o maior país em biodiversidade. Na nossa Constituição o direito ambiental passou a ser direito fundamental e isso criou uma consciência na população e ficaram robustas as leis que cuidam do meio ambiente. Nós temos todos os ingredientes

para sediar este importante Tribunal”, comentou Andrighi.

Para ela, a criação de um órgão judicial que poderá centralizar decisões a respeito de contenciosos ambientais em todos os países do mundo, resultará em “uma rapidez maior na resposta desses conflitos”.

Prestígio

A candidatura do Brasil, na avaliação da ministra, pode elevar o país a um novo patamar de protagonismo internacional, “com o potencial de gerar valores e oportunidades para todo o setor produtivo”.

A proposta será apresentada na COP 30, em novembro. Andrighi defende que o edifício-sede do Tribunal Climático Internacional seja localizado na Amazônia. “Essa não

é apenas uma questão de prestígio, mas é uma questão de decisão estratégica com obrigações diretas nos nossos negócios e para o futuro sustentável. Todos nós aqui compreendemos a crescente urgência das questões climáticas”, comentou a ministra.

Na avaliação de Nancy, a candidatura do Brasil, como um país em desenvolvimento, é uma oportunidade de se posicionar em situação de igualdade com as nações desenvolvidas e “mostrar ao mundo que nós temos maturidade e capacidade para liderar temas globais complexos”, sobretudo porque o Brasil atingiu um patamar de liderança na temática ambiental “que nos permite reivindicar a sede do Tribunal Climático Internacional”.



Ministra Nancy Andrighi: Brasil reúne condições para sediar tribunal